

EDITORIAL

A violência, seja ela qual for, é um dos principais fenômenos sociais provedores de questionamentos no mundo humano. O interessante de se observar é que tal prática de violência, ativa e presente em toda e qualquer sociedade e cultura, parece representar, dentro de suas distintas características, modelos repetitivos e sintomáticos. O diálogo estabelecido entre manifestações subjetivas e o desenvolvimento social, faz emergir conflitos vitais e relevantes, levando a manifestações, por vezes, reconhecidas e nomeadas como violência.

Segundo Engels (1981) “a história é, talvez, a mais cruel das deusas que arrasta sua carruagem triunfal sobre montões de cadáveres, tanto durante as guerras como em período de desenvolvimento pacífico” (p. 187). Desse modo, podemos supor que a violência não assume somente uma forma única e específica de manifestação, pelo contrário, está presente nas mais diversas formas humanas e sociais, diretas e indiretas, singulares e coletivas, conscientes e inconscientes, públicas e privadas.

Foucault (2015), aponta a violência como uma via possível de manifestação do sujeito, da sociedade e do Estado, uma espécie de possibilidade de ação dentro da relação de poder e liberdade. Caso esta ação conjunta não se apresente como possibilidade, estará configurado um campo ditatorial de dominação. Tal campo, por sua vez, teria o movimento de estimular e promover o uso da violência, e com isso, justificar suas ações coercitivas e dominantes.

De acordo com Foucault (2001), o poder e a liberdade necessitam caminhar juntos e coexistir. Quando não há tal encontro, não há poder estabelecido, e sim, pura opressão e coerção. Dessa forma, não se poderia pensar, a partir de Foucault, que em toda parte onde o poder emerge, a liberdade desaparece, isto é, a liberdade surge como condição da existência de um poder. Devemos observar que apenas pode-se ter relações de poder quando os sujeitos forem livres. Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar coisificado, o qual pode-se exercer uma violência infinita, não haverá relação de poder. Nas relações de poder há, necessariamente, possibilidade de resistência, pois se não houvesse tais possibilidades de subterfúgios e estratégias que invertam a situação, não haveria, de modo algum, relações de poder realmente estabelecidas.

No intuito de refletirmos e dialogarmos com alguns tipos de violência, o presente volume da Revista Pathos traz artigos e relatos da prática que versam sobre tal temática: 1) A violência doméstica, suas ramificações e manifestações dentro do universo da infância e adolescência, com impactos à saúde mental que se arrastam até a vida adulta. 2) A alienação parental e a impossibilidade do exercício paterno, ao que as principais queixas apresentadas pelos genitores alienados são os sentimentos de impotência, raiva e dor. Além disso, lastimam-se da morosidade, burocracia e formalidade do Poder Judiciário, sentindo-se desmoralizados e desacreditados. 3) Apontamentos e reflexões acerca da dimensão social do suicídio, através de conceitos de sofrimento ético-político e necropolítica, rompendo assim, com a rasa ideia medicalizante sobre o tema. 4) a necessidade da presença dos direitos humanos no contexto escolar, seu caráter profilático, suas implicações na prevenção da violência e na mudança social, entre outras publicações...

Desejamos a todas e todos uma ótima leitura!

Ricardo Rentes
Editor Chefe

REFERÊNCIAS

- Engels, F., (1981). *Teoria da violência*. In: Engels, pp. 146-188, São Paulo: Ática.
Foucault, M. *Étudie la raison d'État. Dits et écrits II- 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001.
Foucault, M. *Qu'est-ce que la critique? suivi de la culture de soi*. Paris: Vrin, 2015.